

Metodologias Ativas no Ensino da Geografia



Organizadores

Tatiana Rolim Soares Ribeiro

Ruth Elias de Paula Laranja

Marciléia Oliveira Bispo

Rafael Rodrigues da Franca



caliandra

Metodologias Ativas no Ensino da Geografia

Organizadores:

Tatiana Rolim Soares Ribeiro

Ruth Elias de Paula Laranja

Marciléia Oliveira Bispo

Rafael Rodrigues da Franca





Conselho Editorial

Membros internos:

Presidente - Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB)
Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)
Prof^a Dr^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)
Prof. Dr^a Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof^a Dr^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)
Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro (UFSC)
Prof^a Dr^a Marine Pereira (UFABC)
Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha);
Prof^a Dr^a Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)
Prof^a Dr^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)
Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

© 2024 [detentor dos direitos autorais].

Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives
4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.

[1ª edição]

Elaboração e informações

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900, Brasília-DF, Brasil

Contato: (61) 3107-7364

Site: <https://caliandra.ich.unb.br/>

E-mail: caliandra@unb.br

Autores:

Adão Francisco de Oliveira; Carliane Alves da Silva; Davi Leite dos Santos; Carolina Machado Rocha Busch Pereira; Gildásia Pereira da Costa Borges; Juanice Pereira Santos Silva; Lucas Barbosa e Souza; Marcela Antonieta Souza da Silva; Mariléia Oliveira Bispo; Matheus Henrique Pereira da Silva; Milena Tayamara Gomes da Silva; Nasicmento Marques de Miranda; Raedy Ferreira da Silva; Rafael Rodrigues da Franca; Roberto de Souza Santos; Roselir de Oliveira Nascimento; Ruth Elias de Paula Laranja; Sâmia Mariana Araújo da Silva; Tatiana Rolim Soares Ribeiro;

Organizadores:

Tatiana Rolim Soares Ribeiro; Ruth Elias de Paula Laranja; Mariléia Oliveira Bispo; Rafael Rodrigues da Franca

Título: Metodologias Ativas no Ensino da Geografia

Coleção: Ensino de Geografia

Local: Brasília

Editor: Selo Calianandra

Ano: 2024

Equipe Técnica

Parecerista: Fernando Luiz Araujo Sobrinho

Capa: Tatiana Rolim Soares Ribeiro

Diagramação: Luiz Henrique de Souza Cella

Ficha Catalográfica:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

M593

Metodologias ativas no ensino da geografia
[recurso eletrônico] / organizadores: Tatiana
Rolim Soares Ribeiro ... [et al.]. - Brasília :
Universidade de Brasília, Departamento de
Geografia, 2024.
295 p. : il.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web:

<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.

ISBN 978-65-985460-0-7.

1. Geografia - Estudo e ensino. 2. Aprendizagem
ativa. I. Ribeiro, Tatiana Rolim Soares (org.).

CDU 37:910.1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....

12

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO RURAL
E URBANO.....

14

A RELEVÂNCIA DO OLHAR GEOGRÁFICO PARA AS
METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DA
GEOGRAFIA FÍSICA.....

41

ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
A IMPORTÂNCIA DO PRIMEIRO ENCONTRO
COM A SALA DE AULA E A FORMAÇÃO
DOCENTE INICIAL.....

67

AS AULAS DE CAMPO NO ZOOLOGICO COMO
FERRAMENTA PARA O ENSINO DE
BIOGEOGRAFIA NO ENSINO BÁSICO.....
105

A FRAGILIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA NO ENSINO DE GEOGRAFIA
NO ENSINO FUNDAMENTAL II
EM ARAGUATINS (TO).....
128

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE PROFESSORES
DA ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ
RODRIGUES DA SILVA, PALMAS (TO):
SUBSÍDIOS PARA UMA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL CRÍTICA.....
157

DAS DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS NAS
CIDADES AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO
TERRITÓRIO: TRAJETÓRIA DE UM ITINERÁRIO
FORMATIVO NO PPGG-UFT.....
189

ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA:
DESAFIOS, LINGUAGENS E METODOLOGIAS
NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA.....

216

MODELOS 3D NO ENSINO DO RELEVO:
INOVAÇÃO DIDÁTICA ATRAVÉS DA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....

247

SOBRE OS AUTORES

285

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO RURAL E URBANO

Carlíane Alves da Silva

Introdução

O mundo está cada vez mais globalizado, a sociedade está mais consumista, há crescimentos desordenados de cidades e esses são alguns fatores que contribuem para o aumento da degradação do meio ambiente em geral. Desde meados de 60 começou-se a ter uma preocupação com as questões ambientais, pois as modernizações traziam aspectos que melhoravam a vida humana, mas em contrapartida destruíam o meio ambiente. Houve várias discussões voltadas para este campo do saber, sendo realizadas várias conferências e encontros que buscassem soluções para se ter o ambiente preservado e conservado para as gerações futuras.

No Brasil, a Lei nº 9.276/96 estabeleceu o Plano Plurianual do Governo 1996/1999, definiu como princi-

país objetivos da área de Meio Ambiente a “promoção da Educação Ambiental”. Após a criação dessa lei a Coordenação de Educação Ambiental promoveu cursos de Capacitação de Multiplicadores em Educação Ambiental com o apoio da UNESCO, preparando o MEC e algumas Universidades para atuarem na inserção da EA no currículo escolar. No ano de 1999 foi promulgada a Lei nº 9795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e com a regulamentação dessa lei o MEC propõe o Programa PCNs em Ação atendendo às solicitações dos Estados.

Com a modificação dos currículos as Instituições de Ensino que não desenvolviam atividades relacionadas a Educação Ambiental, iniciaram a adequação dos currículos para atender a nova Lei. Assim, de acordo com os Parametros Curriculares Nacionais a Educação Ambiental deve ser ensinada nos nove anos do ensino fundamental, visando mais os procedimentos do que a teoria propriamente dita. Assim, busca pela conscientização para defender e preservar o meio ambiente já percorre um longo caminho e nesses últimos anos está sendo cada vez mais discutido, fazendo com que as propostas educativas vindas de concepções teóricas e matrizes distintas fossem reconhecidas como inegável relevância para a construção para uma perspectiva ambientalista.

Sabe-se que é importante incentivar a Educação Ambiental desde o início da educação das crianças porque irá determinar o que teremos de bens naturais do meio ambiente no dia de amanhã. As crianças têm um poder maior de transformação desde que sejam incentiva-

das e trabalhadas para fazerem tais mudanças. Ademais, a escola é o espaço de aprendizagem formal e tem um papel fundamental de conscientização das pessoas, levando-as repensarem sobre as questões ambientais, tanto protegendo quanto desenvolvendo projetos para cuidar e restaurar o que já foi danificado.

Ao investir recursos para se trabalhar esse tema nos anos iniciais pode-se reduzir a destruição do meio ambiente e construir seres mais críticos e reflexivos, que saibam atuar de modo ativo na sociedade. Com isso, o objetivo geral dessa pesquisa é verificar como é desenvolvido o tema Educação Ambiental em uma escola urbana e outra rural na Região Administrativa de Planaltina- DF. E como objetivos específicos busca-se ainda conceituar a Educação ambiental; e analisar a percepção que os alunos têm sobre a preservação do meio ambiente.

Contextualizando a Educação Ambiental

Vários teóricos conceituam Educação Ambiental conforme o seu ponto de vista levando em consideração os aspectos que favorecem a relação do homem com o meio ambiente.

Segundo Ab' Saber (1996), a Educação Ambiental é um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação da realidade e que garante um compromisso com

o futuro. Uma ação entre missionária utopia destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. Trata-se de um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Para o autor, não basta uma atitude individualizada, é fundamental que ultrapasse os limites da identidade pessoal porque busca o bem-estar dos seres vivos.

O conceito de Educação Ambiental está relacionado ao significado de preservação do meio ambiente para que se forme um “conjunto harmonioso de condições essenciais para a existência da vida como um todo”. (Sirvinskas, 2010, p.20). É necessária uma mudança de comportamento no sentido de combinar elementos práticos e teóricos de conhecimentos externos à escola, e, nesse sentido o autor acrescenta:

O meio ambiente não se reduz ao ar, água, terra, mas se estende a todas as influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, pois integra e influencia o relacionamento entre os homens, a sua saúde e seu desenvolvimento. (Sirvinskas, 2010, p. 21).

Dessa forma, a Educação Ambiental engloba toda a relação dos seres vivos com o meio ambiente. E, nesse sentido, Penteadó (2000), enfatiza que a Educação Ambiental é uma forma abrangente da educação que se propõe a atingir todos os cidadãos, inserido na variável

“meio ambiente” em outras dimensões: Econômica, política e cultural. Reigota (2017, p.7) complementa que se deve “pensar as nossas relações cotidianas com os outros seres humanos e espécies animais e vegetais e procurar alterá-las (nos casos negativos) ou ampliá-las (nos casos positivos)”, para que dessa forma se possa garantir a possibilidade de viver dignamente, principalmente na perspectiva da educação.

Para Boff (2000) é preciso construir entre os homens e os demais seres do ecossistema, planetário e cósmico uma nova convivência harmônica entre si, que propicie um encantamento na relação que sustenta a complexidade do universo. Fazendo entender assim que a educação deve ultrapassar as barreiras da sala de aula. E, além da escola a Educação Ambiental deve partir do próprio indivíduo e a sua conceituação parte da vivência de cada um, seja está voltada para assuntos relacionados a natureza como a preservação da água, das paisagens, da flora, da fauna, destino do lixo, na qual a ação humana é a principal fonte de cuidado ou degradação. A educação ambiental não pode ser entendida como uma educação especial é um processo longo e contínuo como visando a preservação do meio.

Para Gonçalves (1990), a Educação Ambiental também incluiu a prática de tomar decisões e auto formular um código de comportamento com relação às questões que concernem à qualidade ambiental e Cavalcanti (2010, p.11) evidencia que “a educação ambiental é compreen-

dida como uma prática social e política por meio da qual os indivíduos podem interferir na realidade circundante e transformá-la”.

Acima de tudo, destaca Tozoni-Reis (2004), que a “Educação Ambiental”, é educação. “Educação em suas várias dimensões”. Portanto é preciso considerar a formação do homem no espaço educacional mais amplo ou no espaço educacional mais restrito à escola. Em todos os sentidos é preciso levar em conta o caráter sócio-histórico do homem.

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental tem o papel de contribuir com a formação da sociedade, na sua reorientação e sua capacitação individual de construir um estilo novo de desenvolvimento, sem perder sua dimensão sua existência. É preciso formar um pensamento mais complexo que seja possível a evolução deste conceito ao seu amplo significado na formação do cidadão e sua reorientação a mudança de hábito na produção de um estilo sustentável de vida (UNESCO, 1999).

Assim, a Educação Ambiental é definida como sendo uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da Educação, orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, por meio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Educação Ambiental no Contexto rural

A Educação Ambiental é vista de maneira a se tratar do meio ambiente e pode assim ser trabalhada da mesma forma em todas as escolas tanto da área rural quanto da área urbana. Porém, critérios são estabelecidos para eleger conteúdos que possibilitem aos professores trabalhá-los de acordo com a especificidade local, sem perder de vista as questões globais e a ampliação de conhecimento sobre outras realidades.

De acordo com Cavalcanti (2002, p. 69), “para cuidar do meio ambiente é necessário conhecê-lo em sua totalidade e não a fatos restritos”. O meio rural é conhecido por possuir de modo mais destacado alguns elementos ditos naturais tanto quanto o urbano está suscetível a impactos ambientais negativos em decorrência da ação de agentes externos sendo, o homem o seu principal devastador.

As escolas rurais às vezes estão em lugares de difícil acesso, em condições precárias e algumas vezes até com pouco investimento. Faltam projetos e programas educacionais para a educação rural. Zakrzewski (2004) esclarece que

a distância destes projetos das aspirações e necessidades do povo rural, bem como a sua exclusão na gestão destas proposições, aliada à tentativa de provocar mudanças culturais e sociais no

meio rural, determinaram a inadequação e o fracasso da grande maioria dos projetos desenhados em nosso país. (Zakrzewski, 2004, p. 80).

Nessa perspectiva a educação rural deve ser aplicada por quem entende e mora no meio rural. Um transmissor de conhecimentos que saiba das necessidades do povo da região escolar, que tenha uma base uma política educacional voltada para o meio rural.

Leite (1999) define que na prática, não existe uma política educacional para o meio rural, pois são raros os municípios que apresentam um trabalho mais aprofundado e eficiente, pelas deficiências financeira, humana e material que ainda persiste. Mesmo sendo difícil, cabe a escola lutar pelas melhorias locais e envolver a comunidade nos projetos. Ainda de acordo com o autor,

o currículo e o calendário escolar que desconsideram a realidade do campo desvalorizam a cultura local, promovendo alterações nos valores socioculturais da população do campo em detrimento aos valores urbanos (Leite, 1999, p.80).

Nesse sentido, pode-se notar que o que acontece é que os professores que lecionam nas escolas rurais têm uma visão urbana e que não tiveram uma formação adequada para trabalhar numa escola da área rural. O ensino de uma educação ambiental eficiente, é aquela que faz um sujeito refletir no meio em que vive e a sua relação

com o ambiente em geral. Para um estudante na qual a escola está inserida em um meio rural, entende-se que a melhor educação ambiental é aquela desenvolvida para a sua vivência no campo, ou seja, no lugar em que vive, em que tem experiências vividas. Para que a educação ambiental ocorra na escola do campo é necessário que

escola rural deixe de ser uma agência urbana no campo e se torne uma agência de transformação social apoiada num modelo pedagógico libertador, com conteúdo e métodos adequados à realidade da população local, equilibrando o “que e como” se ensina nas escolas e o “que e como” as famílias necessitam aprender (Cribb & Cribb, 2007).

A LDB atual, Lei 9394/96, promove a desvinculação da escola rural dos meios e da performance escolar urbana exigindo um planejamento interligado à vida rural. Como meta, a educação pretende alcançar dimensões sócio-políticas e culturais com base na cidadania e nos princípios de solidariedade e dessa forma, a educação escolar estará vinculada ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996).

Educação ambiental no contexto urbano

No meio urbano está concentrado a maior parte da população humana, onde ocorre um crescimento de-

sordenado e uma devastação maior do meio ambiente. Alguns fatores como a diminuição da fauna e da flora interfere diretamente na vida das gerações futuras. Para Guimarães (1995) a maior concentração e a intensidade de intervenção em desequilíbrio que o ser humano exerce sobre o meio urbano tem como reflexo disso várias questões ambientais, tais como: alterações do ciclo hidrológico, alterações climáticas, aumento de níveis de poluentes por haver maior concentração de fontes poluidoras nas cidades e simplificação do ambiente urbano com a diminuição da biodiversidade. Nesse contexto a degradação ambiental surge com o próprio homem e com a sua intervenção sobre o meio ambiente.

A escola urbana deve organizar o seu currículo para a necessidade dos alunos e da sociedade. Nesse sentido, afirma Ferreira (2006)

A escola constitui um espaço estratégico para o desenvolvimento de ações coletivas que materializam a formação de um cidadão crítico e criativo, capaz de concorrer para a efetivação de mudanças profundas na sociedade. (Ferreira, 2006, p.150).

Conforme cita Ferreira, a escola tem a finalidade de exercitar o debate sobre o contexto das políticas públicas no tocante à Educação Ambiental, ampliando seus espaços para que a juventude possa estar envolvida com o tema desenvolvimento local sustentável.

Pensar a escola como fator de desenvolvimento é pensar o educador como agente transformador. Ele pode transformar a aula num formato interdisciplinar, valorizando o cotidiano dos alunos em tema a serem trabalhados na sala de aula. O professor da área urbana pode desenvolver atividades de conscientização, e de atitudes individuais e coletivas. Da mesma forma, o professor da área rural, este que tem uma facilidade maior de interagir com comunidade, tendo em vista o número mais reduzido de alunos.

Metodologia

A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho teve por base os princípios da pesquisa quantitativa, uma vez que contou com um número significativo de alunos e, com a abordagem qualitativa de pesquisa, onde foi analisada a importância da Educação Ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e como os professores trabalham esse tema no contexto da sala de aula.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da área urbana e uma escola pública da área rural, localizadas na Região Administrativa de Planaltina do Distrito Federal. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas e questionários semiestruturados. Os sujeitos envolvidos na entrevista foram duas professoras. A primeira professora (A) atua há 15 anos na docência, atualmente

em turma de 5º ano na escola urbana, tem curso superior em Letras. A segunda professora (B) atua na área rural, especificamente no 5º ano, tem curso superior em Pedagogia e possui 14 anos de experiência em sala de aula. Os questionários semiestruturados serão respondidos pelos alunos dos 5º anos.

Resultados e discussões

Análise das entrevistas

As duas professoras entrevistadas serão tratadas por “A” (Professora da escola urbana) e “B” (Professora da escola rural).

Inicialmente perguntou-se: A Educação Ambiental é um tema transversal adotado nos Anos Iniciais da Educação Básica. Que conceito você daria para “Educação Ambiental”?

A - Cuidar do ambiente em que se vive, em casa, na escola, nas ruas, preservando e cuidando. Ter economia de água e energia. O ambiente começa em casa.

B - É um conceito, digo, é um tema muito amplo que vai desde a consciência de cada um em conservar o meio ambiente em que se vive (sua escola, sua casa) até temas mais abrangentes como o aquecimento global (que também é responsabilidade de cada um), não esquecendo também de falar sobre saúde individual e/ou coletiva.

Nota-se que as professoras tem uma visão ampla sobre o que é Educação ambiental, sabendo que podem ir além dos conteúdos em sala de aula e que a EA começa em casa. Pode-se comparar a resposta de ambas com a definição de Gonçalves (1990), que a Educação Ambiental é o processo de reconhecer valores e aclarar conceitos para criar habilidades e atitudes necessárias que sirvam para compreender e apreciar a relação mútua entre o homem, sua cultura e seu meio biofísico.

Outro questionamento foi: Que recursos você utiliza para trabalhar esse conteúdo?

A - Através da vivência dos alunos, promovo debates, discussões sobre o assunto, trabalhando a importância da reciclagem e a coleta adequada de lixo, etc.

B - Audiovisuais, internet, excursões, o próprio cercado nos arredores da escola, a própria escola.

As professoras reconhecem que para ensinar de uma maneira significativa deve-se considerar a vivência e as experiências dos estudantes, tornando a aula diversificada baseada no cotidiano deles. Deve se ter um modelo de educação que motiva os alunos e até mesmo o professor na hora de ensinar.

É importante que a criança tenha um contato direto com a natureza para que se possa despertar os sentidos e o prazer em preservar o meio ambiente. Pelas respostas

de ambas as professoras, nota-se que há uma diversidade na maneira de ensinar, visando trazer a realidade da sociedade para a sala de aula. Para Tristão (2004, p.53) “ao valorizar as práticas de interação com a natureza, transpõem os muros das escolas e vivenciam outros contextos de aprendizagem que transgridem o espaço/tempo da escola”.

Questionou-se também: De que forma a escola se envolve com as questões do meio ambiente na comunidade?

A - Com projetos voltados para a necessidade da comunidade como: dengue, lixo nas ruas.

B - Há projetos, todos os anos, envolvendo práticas de conservação ambiental, no nosso projeto político pedagógico e assim, procuramos envolver a comunidade em nossas atividades.

Observa-se que nas duas escolas há uma preocupação de envolver a comunidade, sabe-se da importância dessa parceria para a formação da cidadania da criança. Nota-se que o projeto político pedagógico está voltado para a interação escola-família, para que essa possa participar das questões atuais. De acordo com os PCNs “a escola é uma instituição social com poder e possibilidade de intervenção na realidade. Assim deve estar conectada com as questões mais amplas da sociedade, incorporando-as à sua prática” (Brasil,1997, p.75).

Perguntou-se ainda: A comunidade participa dos projetos oferecidos pela escola? Como?

A - Sempre que são solicitados com participação na coleta de materiais recicláveis e no combate à dengue em casa.

B - A comunidade, infelizmente, é pouco participativa. Muitos ainda têm a concepção de que as questões ambientais são obrigação do governo.

Pelas respostas pode-se perceber que a comunidade urbana participa mais dos projetos voltados ao meio ambiente do que a comunidade rural. Acredita-se que na escola rural, pela desinformação da comunidade ainda atribui as questões ambientais à responsabilidade governamental. Para Zakrzewski (2004, p.84), “a Educação Ambiental deve propor a existência de uma comunidade de aprendizagem, com o abandono de um “eu- isolado- periférico” para uns “nós- coletivo- cooperativo”. Dessa forma a comunidade pode interagir com a escola para que caminhem juntas para a resolução dos problemas ambientais.

Como última questão: Você já fez algum curso relacionado à Educação Ambiental?

A - Não.

B - Sim, o curso “Reeditor Ambiental” promovido pela Estação Ecológica de Águas Emendadas.

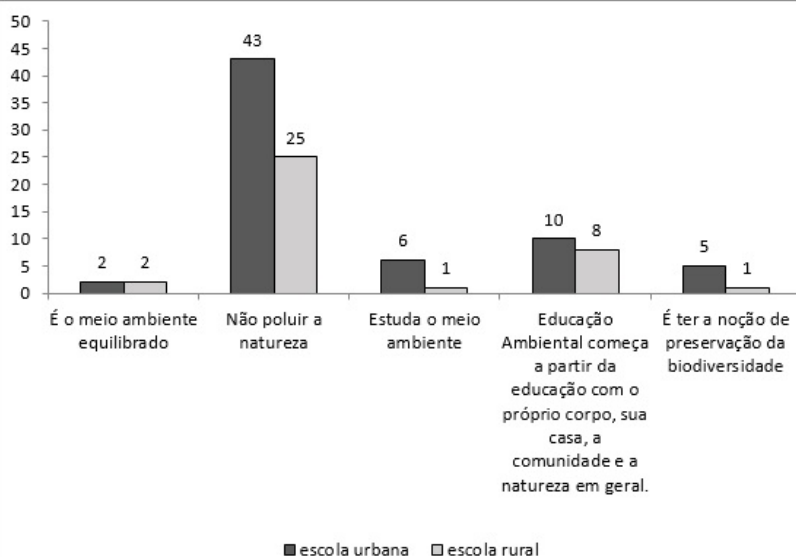
A professora da escola urbana não fez nenhum curso relacionado à Educação Ambiental. Já a professora da escola rural fez o curso Reeditor Ambiental, que é um projeto de Capacitação em Educação Ambiental, voltado para os professores da rede pública de ensino, mas que está temporariamente suspenso.

Os professores devem estar sempre se atualizando, buscando novos conhecimentos para que possam lidar com os temas atuais de uma maneira diversificada e entendendo realmente do assunto. A formação continuada é uma maneira do professor aprender coisas novas e repensar sua prática. De acordo com os PCNs “os professores devem ser profissionais capazes de conhecer os alunos, adequar o ensino à aprendizagem, elaborando atividades que possibilitem a ação reflexiva do aluno” (Brasil, 1997, p. 38).

Análise dos questionários

Com os estudantes foi realizado um questionário estruturado com 5 questões no qual, haviam 5 alternativas e com base no que eles entendiam, marcavam a resposta. O questionário foi respondido por 66 estudantes dos 5º anos de uma escola pública urbana e por 37 alunos dos 5º anos de uma escola pública rural do Distrito Federal. Veja o resultado:

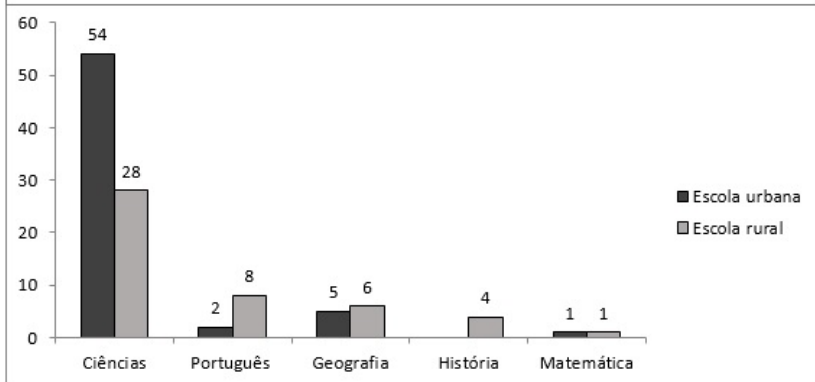
Gráfico 1 -O que você entende por Educação Ambiental?



O gráfico 1 demonstra que tanto os alunos da escola urbana quanto os da escola rural têm uma noção sobre o que é Educação Ambiental, a maioria respondeu que é não poluir a natureza. O que se percebe também é que para alguns alunos a EA começa em casa. Com 8 respostas dos alunos da escola rural e 10 alunos da escola urbana. Ter a consciência de que jogar lixo no chão prejudica o meio ambiente já é um começo para que no futuro tenhamos pessoas mais preocupadas com a conservação do meio ambiente. Morin (1998, p.33), destaca que a recomendação nº 3 da Conferência de Tbilisi atribui à escola um papel determinante no conjunto da Educação Ambiental, além de que ela deve transformar progressivamente, por meio de atitudes e comportamentos para que todos os membros da comunidade tenham consciên-

cia das suas responsabilidades relativas ao meio ambiente. Dessa maneira se busca por uma nova postura ética baseada no respeito a natureza.

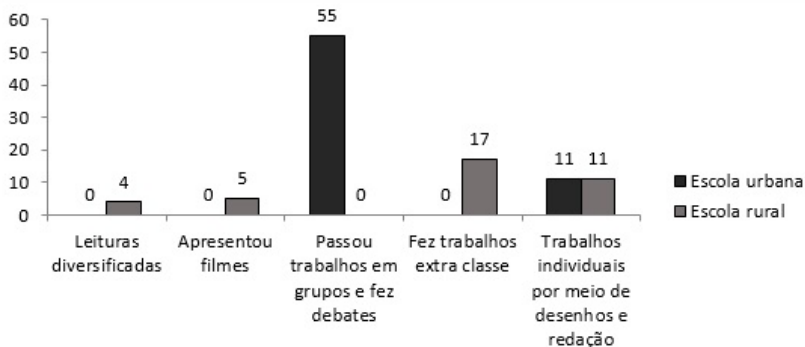
Gráfico 2- Você já estudou sobre o meio ambiente? Em qual disciplina?



Pelo gráfico 2, nota-se que em ambas as escolas a matéria de Ciências é a que mais se trabalha com a questão ambiental. Destaca o fato de que a escola rural trabalha mais com a interdisciplinaridade, englobando outras matérias para desenvolver o tema em sala de aula. Para os PCNs (Brasil,1997, p.49) as áreas de Ciências, História e Geografia serão as principais parceiras para o desenvolvimento dos conteúdos relacionados ao meio ambiente, pois são da própria natureza dos objetos de estudo. As áreas de Língua Portuguesa, Educação Física e Artes ganham importância fundamental por constituírem instrumentos básicos para que o aluno possa conduzir o seu processo de construção do conhecimento sobre o meio

ambiente. Dessa forma pode-se integrar os conteúdos de uma maneira que ele seja trabalhado sem ficar cansativo e mis proveitoso.

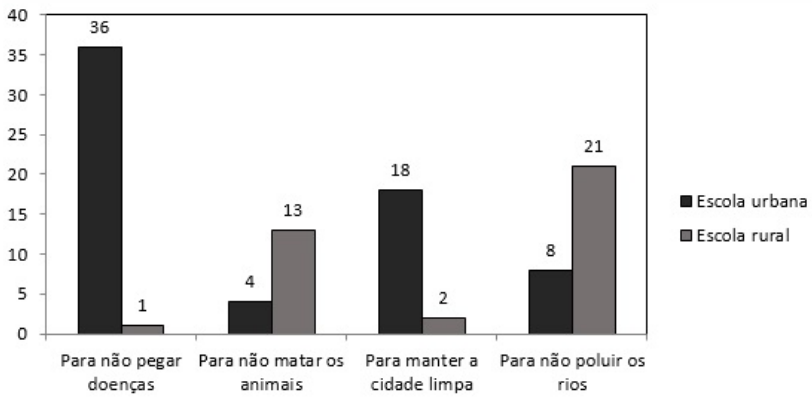
Gráfico 3- Que atividades a professora desenvolveu em sala de aula para ensinar sobre o meio ambiente?



A escola urbana trabalha mais com base em trabalhos em grupos e debates, já a escola rural tem uma forma mais diversificada de levantar o tema em questão, no entanto, não promove debates como pode-se notar no gráfico 3. A escola rural faz trabalhos extraclasse o que confirma a postura da professora em incentivar a autonomia do aluno para adquirir conhecimentos além dos muros da escola. Com isso os conteúdos trabalhados em sala de aula poderão ser ilustrados com os fatos da realidade. Tristão (2004, p.54), justifica que “as experiências realizadas nas escolas revestem se de um começo para exercer a interdisciplinaridade, pois são trabalhos de busca”. Nessa perspectiva desenvolve-se assim, o trabalho em equipe, modificando as relações ente as pessoas envolvidas e

“[...] o professor é considerado um intelectual transformador que tem o compromisso de mobilizar seus alunos para a discussão e reflexão acerca dos problemas sociais e em consequência a transformação” (Saheb, 2013, p. 74).

Gráfico 4 - Você acha importante preservar o meio ambiente? Por quê?

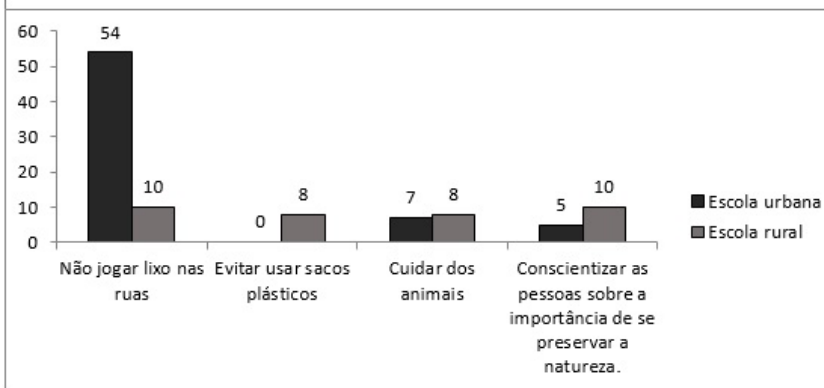


Os estudantes responderam de forma muito clara a essa questão, pois eles sabem que é importante preservar e cuidar da natureza. Fica evidente os objetivos de cada escola em relação a preservação, na qual a escola urbana 36 alunos acham que é importante se preservar o meio ambiente para não pegar doenças, como por exemplo a dengue, que estes alunos mencionaram. A Educação Ambiental sendo vista por esse ponto de vista também engloba a saúde.

Os estudantes rurais têm uma outra visão, onde para eles a preservação do meio ambiente é importante para não matar os animais e não poluir os rios. Para isso, são conscientes que precisam preservar o cerrado, as matas e toda a flora brasileira.

Para Viégas (2004, p. 57) a transformação da sociedade não é apenas o resultado da soma de indivíduos transformados, mas é também o resultado da transformação da sociedade por estes indivíduos; ou seja, é o resultado da transformação recíproca e simultânea de indivíduos e sociedade, de indivíduos em sociedade e de sociedade de indivíduos.

Gráfico 5 - O que você acha que pode fazer para preservar o meio ambiente?



Percebe-se pelo gráfico 5 que a EA é trabalhada de maneira diferente nas duas realidades escolares. Na escola urbana 54 alunos acham que para preservar o meio ambiente a sua atitude poderia ser não jogar lixo nas ruas e 5 acham que o importante é conscientizar as pessoas

sobre a preservação da natureza. Já na escola rural os estudantes ficaram divididos, onde 10 responderam que para preservar o meio ambiente não jogariam lixo na rua e 10 sobre a importância de conscientizar as pessoas sobre a preservação da mesma. Só os alunos da escola rural acham que é importante evitar sacos plásticos.

De acordo com os PCNs (Brasil,1997, p. 53) “é importante que ao final do ensino fundamental o estudante seja capaz de observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental e de modo crítico”. Assim, reconhece a necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo e propositivo para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida.

Considerações finais

A partir das análises dos resultados das entrevistas, e dos questionários nas escolas, pode-se constatar que todos sabem o que é Educação Ambiental e da importância de preservar o meio ambiente. A maneira que este tema é abordado nas salas de aula é diferente em vários aspectos, pois depende da realidade de cada escola e da sociedade que a compõe.

A Educação Ambiental pode ser abordada de diversas formas tanto na sala de aula quanto em atividades extras classe, partindo da necessidade que se precisa ensinar. Fazer uma EA interdisciplinar é possível desde que os educadores estejam informados com os

acontecimentos e cientes de que eles em sua maioria são os responsáveis pela explicação e demonstração da realidade do ambiente atual.

A escola é a responsável por grande parte da formação de futuros agentes cidadãos, mas não deve e nem consegue fazer isso sozinha, a comunidade deve participar. A formação depende de aspectos como as práticas educativas acontecem e dos exemplos dados pelos pais ou outros adultos com os quais as crianças convivem.

São diversas as leis voltadas para temática ambiental, mas poucas realmente funcionam, pois há uma falta de fiscalização, ou mesmo falta de interesse das autoridades e da sociedade. No entanto a escola é capaz de transformar as pessoas, de fazê-las críticas e conscientes de seus atos.

Deve se promover um programa de Educação Ambiental que seja realizado simultaneamente com atividades práticas, e exercícios de cidadania sendo assim, uma aprendizagem significativa. A realidade do estudante deve ser levada em consideração uma vez que é a partir dela que começa a busca pela melhoria.

As instituições rurais visam metodologia mais voltada para a preservação do cerrado e dos rios, ou seja, está voltada para a área que cerca as regiões rurais, fazendo disso o conteúdo de aulas práticas. As escolas públicas por sua vez, estão embasadas na reciclagem do lixo e preservação de doenças como a dengue. Para que isso aconteça de uma maneira coerente deve se ter um pro-

fissional que conheça a realidade local e que tenha feito um curso voltado para a área, não precisa ser especialista, mas deve possuir domínio do conteúdo e sempre bem informados e atualizados.

Uma Educação Ambiental bem estruturada modifica a realidade da comunidade seja ela rural com o desenvolvimento sustentável, ou urbana com reciclagem de lixo que é um pensamento frequente entre os estudantes da escola urbana. A escola pode ajudar a comunidade na elaboração de projetos e no desenvolvendo em parcerias com empresas ou mesmo com a administração local.

Vê-se, pois, que é indispensável a ampliação dos conhecimentos sobre a Educação Ambiental na formação do educador, pois esta deve sempre estar atrelada à teoria, à prática de sala de aula. Fazer da escola o ambiente onde se deve promover o diálogo na compreensão sócio-político e cultural em questões ambientais e, a formação da consciência ambiental e cidadã por meio de análise de questões relacionadas à natureza, a vida humana e ao ecossistema. Não somente um estudo de conceitos relacionados aos problemas locais e mundiais, mas, uma compreensão da nossa relação com o meio ambiente e fazer uso de uma metodologia prática que trabalhe o tema, numa perspectiva mais ampla, de modo que o aluno esteja consciente para a vida em sociedade.

Percebe-se também que é no processo permanente de Educação Ambiental, que os indivíduos e a sociedade tomam consciência da condição do seu ambiente e adqui-

rem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir – individualmente e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros. Por isso, Fajardo (1998, p. 104) nos diz que “é preciso pensar menos em ter e mais em ser. É necessário buscar um equilíbrio coletivo para nossa agressividade, procurando uma convivência mais harmoniosa entre os seres humanos com a natureza”.

Referências bibliográficas

AB’SABER, A. A universidade brasileira na (re)conceitualização da educação Ambiental. Educ.Bras. Brasília, 1996.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. MEC / SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente. Secretaria de Saúde, 1997, 1998, 2000.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2002.

CAVALCANTI, L. S. A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – perspectivas atuais, Belo Horizonte, novembro de 2010.

CRIBB, S. L. S. P.; CRIBB, A. Y. Educação ambiental no contexto da educação para o campo: um saber necessário. VI ENPEC. Florianópolis, 2007.

FAJARDO, Elias. Se cada um fizer a sua parte... ecologia e cidadania. Rio de Janeiro: ed. Senac Nacional, 1998

FERREIRA, N.S.C. (Org.). Políticas públicas e gestão da educação: problemas, fundamentos e análises. Brasília: Líber livro Editora, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. Os (des) caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1990.

GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas, SP: Papirus, 1995.

LEITE, S. C. Escola Rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MORIN, E. A implantação da Educação Ambiental no Brasil, Brasília-DF, 1998.

PENTEADO, H. D. Meio ambiente e formação de professores. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SAHEB, D. Os saberes socioambientais e a formação do educador ambiental sob o foco da complexidade. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SIRVINSKAS, L. P. Tutela Constitucional do Meio Ambiente. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOZONI-REIS. M. F. C. Educação Ambiental: natureza, razão e história. Campinas- São Paulo: Autores Associados (Coleção Contemporânea).2004.

TRISTÃO, M. Revista Brasileira de Educação Ambiental. Edição Especial, volume 4. Brasília, 2004.

UNESCO (1997). Educar para o futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para uma ação concertada. Paris, França: UNESCO.

VIÉGAS, A. Revista Brasileira de Educação Ambiental. Edição Especial, volume 4. Brasília, 2004.

ZAKRZEVSKI, S.B. Revista Brasileira de Educação Ambiental. Edição Especial, volume 4. Brasília, 2004.

REIGOTA. M. O que é Educação Ambiental. 1ª edição e-book, Editora Brasiliense. 2017.

SOBRE OS AUTORES

Adão Francisco de Oliveira

E-mail: adaofrancisco@gmail.com

Graduado em História, mestre em Sociologia, doutor e pós-doutor em Geografia. É professor da graduação e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – campus de Porto Nacional. Atualmente é o presidente da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.

Carolina Machado Rocha Busch Pereira

E-mail: carolinamachado@uft.edu.br

Professora Associada do curso de Geografia (licenciatura/bacharelado) da Universidade Federal do Tocantins campus de Porto Nacional desde 2005. Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2000), mestrado em Geografia pela UNESP Presidente Prudente (2004), e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Metodologias e Práticas de Ensino de Geografia (LEGEO) na Universidade Federal do Tocantins. É membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica (NEPEG) da Universidade Federal de Goiás, e, da Rede Latino-americana de Investigação em Didática da Geografia (REDLADGEO). É editora da Revista Brasileira de Educação em Geografia e membro do conselho consultivo e revisora de outros periódicos da área. Possui pesquisas nas áreas de Formação

de Professores, Educação Geográfica, e, Estudos Culturais, além de ser autora de vários artigos publicados em periódicos da área de Geografia.

Carliane Alves da Silva

E-mail: carly.silva@hotmail.com

Mestranda em Geografia pela universidade de Brasília- UnB. Especialista em Gestão em Educação Ambiental. Professora da Rede Municipal de Educação de Luziânia-GO, com ênfase nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-1395-9774>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4289657494871987>

Davi Leite dos Santos

E-mail: davimx21@gmail.com

Formado em Geografia (licenciatura) pela Universidade de Brasília; atuou como extensionista em projetos universitários focados em ensinar Climatologia através das redes sociais e Geografia Física com o uso de metodologias ativas.

Gildásia Pereira da Costa Borges

E-mail: gildasia.geo@gmail.com

Possui Pós-Graduação em Gestão e Educação Ambiental pela Faculdade de Tecnologia Antônio Propício Aguiar Franco (2011) e em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Tocantins (2017). Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2008). Atualmente é professora - Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Tocantins.

Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2023).

Juanice Pereira Santos Silva

E-mail: juanice.ahss@yahoo.com.br

Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília - UnB, Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília - UnB, Graduada em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (1997). Possui especialização em Educação Ambiental, Professora da Carreira Magistério Público da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal - SEEDF, desde 1999, componente curricular Biologia. Trabalha com Educação Inclusiva no Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Generalista desde 2009. Professora bolsista (colaboradora) da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB), desde 2023. Membro do Grupo de Pesquisa Inteligência Cooperativa em Redes Sociais Complexas, registrado no CNPq e coordenado pelo professor Dr. Jorge Henrique Cabral Fernandes. Membro ouvinte da Comissão de Igualdade Racial na Ordem dos Advogados Brasil Seccional do Distrito Federal subseção Gama e Santa Maria. <https://orcid.org/0000-0002-6411-0669>.

Lucas Barbosa e Souza

E-mail: lbsgeo@mail.uft.edu.br

Bacharel (1999) e licenciado (2000) em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestre (2003) e doutor (2006) em Geografia (Análise da Informação Espacial) pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de

Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Rio Claro. Pós-doutorado (2018) em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Titular da Universidade Federal do Tocantins (UFT) (ingresso em 2004), onde atua junto ao Curso de Geografia (Campus de Porto Nacional) e aos Programas de Pós-Graduação em Geografia (Campus de Porto Nacional) e em Ciências do Ambiente (Campus de Palmas). Desenvolve pesquisas nas áreas de climatologia geográfica e percepção ambiental.

Marcela Antonieta Souza da Silva

E-mail: marcelaantonietass@gmail.com

Mestranda em Ciências Políticas e licenciada em Geografia pela Universidade de Brasília, pesquisa na área de Geografia Política, Democracia e Meio Ambiente tendo como enfoque Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais e seus territórios. Fez parte do projeto Crianças e Adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais (NEIJ/UNB). Fez parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (GPEDEM - UnB) e do Projeto Utopia e Território que pertence ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) dos cursos de Filosofia e Geografia da Universidade de Brasília.

Marciléia Oliveira Bispo

E-mail: marcileia@uft.edu.br

Possui graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade do Tocantins -UNITINS (1996), mestrado (2006) e doutorado (2012) em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais -Universidade Federal de Goiás IESA/UFG. É professora Associada

na Universidade Federal do Tocantins no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia (mestrado) campus de Porto Nacional. Foi coordenadora Institucional do PIBID/UFT nos anos de 2015 a 2018. Atualmente é docente orientadora na Residência Pedagógica no curso de Geografia, campus Porto Nacional. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Geografia, educação ambiental, formação de professores, meio ambiente e representações, território e comunidades tradicionais.

Matheus Henrique Pereira da Silva

E-mail: matheushenrique05@live.com

Atualmente, exerce a função de Professor Substituto no curso de Geografia da UEG Unidade Porangatu. É membro da Comissão Local do Sistema de Avaliação de Cotas da UEG - Porangatu e do Comitê Local de Acompanhamento de Bolsas da UEG Porangatu. Doutorando em Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo) no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás - UFG. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins UFT/Campus Porto Nacional. Especialista em Metodologia do Ensino e da História e da Geografia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduação em Geografia (Universidade Estadual de Goiás /UEG-UnU Porangatu - 2019). Participa dos Grupos de Estudos de Cartografia para Escolares (GECE - UFG); do Grupo de Estudos de Linguagens (UFG); do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica (NEPEG/UFG). Atuou como Chefe de Gabinete na Câmara Municipal de Porangatu-GO de 2021 a 2023. Exerceu a

função de Coordenador de Mídias e Técnico de Informação na Faculdade Líber (FacLíber) de 2021 a 2022. No período de 2019 a 2020, desempenhou o papel de professor de Geografia e História no Ensino Fundamental I e II no Instituto Líber em Porangatu, Goiás e foi coordenador do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em 2018.

Milena Tayamara Gomes de Sousa

E-mail: Tayamara28@gmail.com

Graduada em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Experiência na área de Geoprocessamento, com ênfase em Análise de Dados Geográficos e preenchimento de Banco de Dados. Atuação em projeto de pesquisa acerca das Redes de Drenagem do Distrito Federal (LSIE - UnB). Experiência em projeto de pesquisa (Pibic) com tema “Análise da distribuição e condições de áreas alagáveis (wetlands) do Cerrado por meio dados orbitais em nuvem” (FAP - DF). Desenvolvimento de projeto de pesquisa (Pibic) com tema “As aulas de campo no Zoológico como ferramenta de enriquecimento do processo de aprendizagem de biogeografia no 7º ano do ensino básico”.

Nascimento Marques de Miranda

E-mail: nascimentogeo@mail.uft.edu.br

Possui Licenciatura (2003) e Bacharelado (2006) em Geografia, Especialização (2008) em Educação Ambiental, Mestrado (2010) em Ciências do Ambiente e Mestrado (2023) em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Professor PIII-Geografia da rede municipal de educação de Palmas/TO desde 2005 e com lotação atual na

Escola Municipal Jorge Amado. Desenvolve pesquisa na área de Geografia, com ênfase na educação ambiental, percepção ambiental e problemas ambientais urbanos em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB).

Raedy Ferreira da Silva

E-mail: raedy199@gmail.com

Graduando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, desenvolve trabalho acerca de recursos hídricos do Brasil junto à Agência Nacional de Águas (ANA). Experiência na área de geoprocessamento, com ênfase em banco de dados geográficos e hídricos. Atuação em projeto acerca da rede de drenagem do Distrito Federal (LSIE - UnB). Atuação em projeto de extensão sobre metodologias ativas para o ensino de geografia física.

Rafael Rodrigues da Franca

E-mail: rrfranca@unb.br

Professor Associada do curso de Geografia (licenciatura/bacharelado) da Universidade Federal do Tocantins campus de Porto Nacional desde 2005. Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2000), mestrado em Geografia pela UNESP Presidente Prudente (2004), e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Metodologias e Práticas de Ensino de Geografia (LEGEO) na Universidade Federal do Tocantins. É membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica (NEPEG) da Universidade Federal de Goiás, e, da Rede Latino-americana de Investigação em Didática da Geografia (REDLADGEO). É editora da Revista

Brasileira de Educação em Geografia e membro do conselho consultivo e revisora de outros periódicos da área. Possui pesquisas nas áreas de Formação de Professores, Educação Geográfica, e, Estudos Culturais, além de ser autora de vários artigos publicados em periódicos da área de Geografia.

Roberto de Souza Santos

E-mail: robertosantos@mail.uft.edu.br

Possui formação em magistério do segundo grau com habilitação para lecionar da 1ª a 4ª série (Primário). Possui graduação em Geografia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO- CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPLIS (1993), mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em GEOGRAFIA pelo Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro, SP (2006). Atualmente é vice coordenação de pós-graduação em geografia - PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM -GEOGRAFIA e professor de magistério superior - UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: território; latifúndio; assentamento agrário, espaço urbano, crescimento urbano, meio ambiente, sociedade-natureza, desenvolvimento regional e urbanização, segregação sócio-espacial, favelização. É revisor das seguintes revistas: Produção Acadêmica (UFT); Periódico: Boletim Goiano de Geografia (Online); Periódico: Revista do Departamento de Geografia (USP); Periódico: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR); Periódico: RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e So-

cidade; Periódico: NOVOS CADERNOS NAEA; Periódico: REVISTA DE EXTENSÃO DO IFTO; Periódico: SCIENTIA PLENA; Periódico: Revista Georaguaia; Periódico: Boletim Goiano de Geografia; Periódico: UNIMONTES CIENTÍFICA; Periódico: Novos Cadernos NAEA; Periódico: Revista REAMEC do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática; Revista Cerrados; REVISTA CERRADOS (UNIMONTES); PRACS: REVISTA ELETRÔNICA DE HUMANIDADES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UM; GEONORDESTE (UFS); Revista Terra Livre; REVISTA GEOARAGUAIA; Revista de Estudo e Pesquisa em Educação; REVISTA INSTRUMENTO.

Roselir de Oliveira Nascimento

E-mail: roselir@unb.br

Possui graduação em licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade de Brasília, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia/MG. Atualmente é professora adjunta do Departamento de Geografia e coordena o Laboratório de Geografia Física (LAGEF). Tem experiência na área de Geomorfologia e Ensino e coordena as Casas Universitárias de Cultura do DEX UnB.

Ruth Elias de Paula Laranja

E-mail: uab.ruth@gmail.com

Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade de Brasília. Pós-Doutorado pela Universidade de Porto- Portugal. Doutorado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é professora associada III da Universidade

de Brasília. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Física, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação e impacto ambiental, gestão ambiental, biogeografia, áreas degradadas, ensino de geografia e geografia da saúde.

Sâmia Mariana Araújo da Silva

E-mail: samyamariana@hotmail.com

Graduada em Licenciatura e Bacharelado pela Universidade de Brasília (UnB). Experiência na área de licenciatura da rede privada de ensino do Distrito Federal. Atuação no Projeto de Geografia Africana e Afrobrasileira (GEOAFRO). Atuação em áreas de pesquisas acerca dos portos clandestinos no Brasil (CIGA - UnB). Desenvolvimento de projeto de pesquisa (Pibic) com tema “ O Zoológico como espaço de conservação ex situ das espécies ameaçadas de extinção “ (FAP - DF). Atuação no programa de Residência Pedagógica (UnB).

Tatiana Rolim Soares Ribeiro

E-mail: tatifu@hotmail.com

Possui Mestrado (2017) e Doutorado (2023) em Gestão ambiental e territorial pelo Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade de Brasília, bacharelado em Ciências Ambientais na Universidade de Brasília (2014) e Licenciatura em Biologia pelo Centro Universitário Claretiano. Tem experiência como professora de Biologia na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) e como professora universitária voluntária no departamento de Geografia da Universidade de Brasília

(UnB), onde ministra disciplinas nesse curso e no curso de Ciências Ambientais. Atua na área de Conservação e Uso da Biodiversidade nos seguintes temas: Ecologia de estradas, Biogeografia, Avaliação de Impactos Ambientais e Conservação da Fauna silvestre. Metodologias Ativas no Ensino da Geografia